Sementes de história local: navegando entre a memória e a história

Seeds of local history: a journey between memory and history

Semillas de historia local: navegando entre la memoria y la historia

Este artigo procura abordar limites e possibilidades de se trabalhar com uma história regional, enquanto método, e sua aplicação ao ensino de História. O resgate dos lugares de memória e da história da localidade, através de oficinas pedagógicas, pode enriquecer a reflexão teórica e prática do fazer docente cotidiano nas salas de aula, estimular a pesquisa e despertar a consciência do valor do patrimônio histórico local, tão pouco conhecido.

This paper is an attempt to explore some of the limits and possibilities of dealing with regional history as a method and its impact on History teaching as a whole. The rescue from oblivion of places of memory and local history, through pedagogic workshops, can only enrich the theory and practice of the teacher's daily work in the classroom, encourage research and teaching, and contribute to the realization of the value of the local historical heritage, still largely unknown.

Este artículo plantea los límites y posibilidades de trabajo de una historia regional como método y aplicación a la enseñanza de la asignatura de Historia. El rescate de los rincones de memoria y de las localidades históricas, por intermedio de talleres pedagógicos, puede enriquecer la reflexión teórica y práctica del hacer cotidiano en las clases, estimular la investigación y la enseñanza y despertar la conciencia del valor del patrimonio histórico local, muy poco conocido.

Palavras-chave: oficina de história local, patrimônio histórico, lugares de memória, pertencimento, história do Rio de Janeiro

Autores:

Profª. Suely Romero, Dip. RSA

Ex-professora de História da UFRJ e UGF; atual professora de História da Estácio. Bacharel e Licenciada em História (UFRJ) e diplomada pela Royal Society of Arts / University of Cambridge (UK). Gerente Acadêmica do campus Jacarepaguá.

E-mail: sromero@estacio.br

Prof. Ms. Marcelo Biar

Professor de História da Estácio e UCAM. Mestre em Serviço Social pela UERJ, área de concentração em Trabalho e Políticas Sociais, título: *A FAETEC e o ensino profissional no Brasil neoliberal - a modernidade e suas velhas práticas*, orientação Cezar Honorato.

E-mail: mbiar@uol.com.br

Profª. Ms. Eliana Vinhaes

Professora de História da UERJ, UGF e Estácio. Mestre em História Social do Brasil pela UFRJ, IFCS, área de concentração em Rio de Janeiro, título: *Cantagalo: o uso e a posse da terra e as formas de acumulação e dispersão da terra e da riqueza local (1850-90)*, orientação Maria Yedda Leite Linhares. Doutorado UFF: *Elites Agrárias Fluminenses: século XIX*, orientação João Fragoso (não concluído).

E-mail: eliana@acquadunas.arq.br

A lembrança é sobrevivência do passado.

Ecléa Bosi

Antes de mim vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aqui

Adriana Calcanhoto e Arnaldo Antunes

No dia 5 de maio de 2007, sábado, em jornada que se estendeu das 9 às 17 horas, realizou-se a primeira oficina de História Regional do Laboratório de Ensino de História do campus Jacarepaguá, marcando assim o início das atividades desse espaço de reflexão, planejamento e prática naquela unidade da Estácio. Com o tema *Construindo uma História Local: redescobrimos o Rio de Janeiro*, foi a oficina concebida como a primeira de uma série cuja proposta é articular professores da rede pública e privada com alunos de licenciatura em História e Pedagogia para construir, juntos, atividades queensem o ensino e a pesquisa em diálogo com seu entorno, valorizando assim o *locus* da ação histórica do homem. Resgatar a memória e a história das localidades é atuar no sentido da identificação, preservação e envolvimento com o patrimônio histórico, natural e cultural da cidade, sendo o objetivo maior reintegrar o homem à sua própria história. Na mensagem dirigida ao público-alvo, assim foram sintetizados os princípios norteadores desse trabalho de minúcias que, com o cuidado de sempre preservar a conexão com o todo, busca iluminar e valorizar os cantos e bastidores tradicionalmente obscuros do grande cenário histórico:

Através de Oficinas Pedagógicas podemos reinscrever as localidades/ bairros da cidade do Rio de Janeiro em seus contextos histórico-culturais. Utilizando fontes impressas, iconográficas, literárias e audiovisuais, entre outras, podemos reconstruir o objeto de investigação – o nosso bairro. O contexto que nos identifica, e que é nossa referência, pode ser re-atualizado através da reflexão coletiva e da experiência vivida e pensada, reinventando, assim, nossa própria identidade (BIAR; VINHAES, 2007).

Para tanto, propôs-se a oficina a construir novos instrumentos de análise, adequados ao ensino básico, e permitir a apreensão do conceito de história local, recuperando no processo o sentido de apropriação do patrimônio histórico enquanto trabalho coletivo acumulado, conceito desenvolvido pelo historiador Adamastor Câmara Ribeiro, bem como das fontes locais como percurso para a construção da História. Ao evento comparece-

ram alunos não apenas do campus Jacarepaguá, mas também de Madureira, Campo Grande e São João de Meriti. Foi esta, a bem dizer, a primeira incursão prática no domínio da História Regional, que constitui um dos principais enfoques do curso de Licenciatura em História da Universidade Estácio de Sá.

Com efeito, o projeto pedagógico do curso de História da Estácio gravita em torno de dois pontos focais intimamente interligados: a formação do professor-pesquisador e a ênfase em história regional. Insere-se tal noção em um processo de ruptura com a postura tradicional de confinamento da pesquisa a nichos da vida acadêmica, o que a torna praticamente inacessível à maioria dos docentes e sequer imaginável para os discentes. A luta aqui se deflagra justamente por se tentar incorporar a pesquisa ao dia-a-dia da sala de aula, a começar pelo meio universitário, mas tendo em vista a sua propagação futura. Através de professores preparados para tal, revela-se possível proporcionar aos alunos no ensino fundamental e médio a experiência na investigação científica, a (re)descoberta do mundo e a construção e apropriação do conhecimento, em vez de mera reprodução de conteúdos, muitas vezes sem qualquer significado para sua existência pessoal. A construção de uma história local, dentro do enfoque da história regional, é caminho promissor, com efeitos surpreendentes no desenvolvimento da auto-estima, no resgate da cidadania e na força disseminadora desses valores na comunidade em que se insere a instituição de ensino devotada a tais projetos.

A oficina culminou na realização de atividades práticas capazes de ensejar oportunidades de reflexão sobre a importância do resgate da memória e da história local. A primeira parte (manhã) foi teórica, com exposição realizada pelos professores ministrantes, visando à socialização de conceitos e conhecimentos pertinentes à atividade. Os participantes tiveram a oportunidade de navegar por fontes impressas, iconográficas, literárias e audiovisuais, todas elas convidativas à reflexão sobre o objeto de investigação – o Rio de Janeiro. Na segunda parte (tarde), os presentes se dividiram em grupos para as atividades práticas de construção tridimensional de suas próprias visões do Rio de Janeiro. As maquetes foram construídas a partir de sucata, colecionada para esse fim. Encerrou-se a oficina com a apresentação do produto final de cada grupo, que explicou aos demais o significado de suas escolhas. O Rio de Janeiro foi então representado através de seis diferentes locais: a rua Uruguaiana, amorosamente explicada, com seus prédios antigos, calçamento mal cuidado e a sujeira circundante; a Lapa, com o aqueduto, o Circo Voador e sua Igreja secular; a ponte Rio Niterói, ornamentada pelo Pão de Açúcar e o Corcovado; o calçadão de São João de Meriti que, na realidade, “não é tão organizado assim”; uma linha de trem, com seu entorno, de um lado a pobreza e de outro a riqueza, expressando a desigualdade social; e, finalmente, a Central do Brasil, ponto em que todos os grupos se encontram.

Antes de se lançarem às atividades práticas, foi, porém, essencial o esclarecimento das categorias *memória* e *história*, na visão dos teóricos selecionados pelos professores ministrantes, cujos textos foram colocados à disposição de todos com razoável antecedência.

Âncoras de reflexão

Após acentuar a importância de se construir um espaço dedicado ao estímulo da história regional que possa ser reiterado e ter uma participação ampliada, foram levantados pontos importantes, capazes de servir de referências ou âncoras sustentadoras de reflexão num verdadeiro mar de informações, muitas vezes contraditórias e prenhes mais de confusão que entendimen-

to, dada a quantidade incalculável de sítios patrimoniais, lugares de memória e respectivos significados.

O ponto (ou porto?) de partida foi o princípio de se estar o tempo todo em processo de construção de uma história regional. Essa relevância foi reconhecida oficialmente com a introdução da disciplina História do Rio de Janeiro nos cursos de graduação a partir dos anos 80. A história deve ser tratada como objeto de estudo, mas com um alerta: o de que todos os membros de uma comunidade são seus sujeitos e futuros objetos. E o que é regional dentro da história? Um desvio da história global? Ou uma forma mais consistente de contribuir para a história global? A história regional permite abrir para o cotidiano, dar retorno para a realidade.

Enganam-se, portanto, aqueles que julgam que a eleição de um local, sob a perspectiva de uma história local, implica uma simplificação do número de variantes e aspectos da trama social. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos (REZNIK, p. 3).

Infelizmente, posturas ultrapassadas continuam a se reproduzir nas salas de aula, alimentando o ranço conservador, que impede mudanças. A questão da regionalidade passa de uma equivocada discussão de método para a da identidade e da concepção do mundo, que é preciso entender para se poder reconstruí-la.

Como qualquer objeto de estudo, a história regional é também um recorte: faz parte da pesquisa delimitar o olhar, que pode ser político, econômico, social,... Tudo vai depender do objetivo. Cabe aqui relembrar a historiadora Maria Yedda Linhares, para quem a síntese advém do trabalho consistente de maneira regionalizada, pois existe uma massa documental no Brasil que está se perdendo, pronta para ser explorada na história regional. Impõe-se, porém, um cuidado especial, que é a necessidade de se manter a perspectiva sempre no geral: o bairro na cidade, na região, no Brasil, no mundo.

A história local não se opõe à história nacional, muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. Sendo assim o exercício historiográfico incide na descrição dos mecanismos de apropriação – adaptação, resposta e criação – das normas que ultrapassam as comunidades locais (REZNIK, p. 3).

É a própria dimensão do trabalho regional ou local que possibilita um levantamento eficiente da documentação: seria impossível ao historiador fazer um levantamento documental de todo o Brasil. Deve-se, ainda, atentar para a falsa polêmica que muitas vezes se instaura ao se discutir se a história regional não seria uma fragmentação da história. Na realidade, a discussão é outra: se a história regional se torna meramente descritiva, um rol desinteressante e estéril de datas, nomes, prédios e acontecimentos, ou se, ao contrário, contribui para um entendimento maior dos processos históricos gerais. Mas para isso ela precisa estar articulada com o todo.

Uma multiplicidade de trabalhos esclarecedores mostra que não existe uma única abordagem. Constituem todas elas,

porém, visões enriquecedoras e as aqui selecionadas não são as únicas, nem necessariamente as melhores. Há que se salientar a relação entre a geografia e a história, lembrando que a história se vale de disciplinas auxiliares, da interdisciplinaridade, ponto marcante em seu desenvolvimento desde a Escola dos *Annales*. A própria definição de região é variável e dinâmica, definindo-se a partir dos objetivos de estudo e traduzindo-se numa concepção libertária e inovadora.

Por outro lado, o regional e o local articulam-se intimamente com o patrimônio, o patrimônio construído, que, na concepção lata e vulgar, corresponde de alguma forma a um conceito genérico de edifícios com valor cultural. Em seu sentido etimológico, patrimônio é aquilo que pertence a alguém por herança paterna. Ao se alargar o conceito dos bens materiais para outros valores, abre-se para o de herança cultural *lato senso*, que abarca toda uma comunidade à qual se pertence, numa linhagem de hereditariedade cultural mais ou menos fácil de definir (LIRA, 1998).

Todavia, o patrimônio enquanto herança, legado de gerações que se foram, é muitas vezes retido por determinados segmentos da sociedade. Urge compatibilizar a noção de patrimônio, enquanto trabalho coletivo acumulado, com a noção de que ninguém é dono da história ou do patrimônio. A independência do Brasil, por exemplo, foi um processo coletivo bem mais sério que o puxar da espada por D. Pedro. É preciso resgatar, do lado do patrimônio, o trabalho, o construtor anônimo, que nem sempre está presente na inauguração do monumento.

O processo de tombamento, por si mesmo, pode reproduzir a desigualdade. A preservação de uma fazenda de café, por exemplo, se tiver como objetivo apenas satisfazer a curiosidade por uma época, reproduz a exclusão que ela realizou. Deve-se entender também o porquê de tanto desleixo, sujeira e pichação nos monumentos. A razão é que o patrimônio não diz nada para a comunidade. Impõe-se

chamar a atenção, de uma forma eventualmente desagradável, para o fato de que muito daquilo a que chamamos facilmente "Patrimônio" não o é de fato: patrimônio não são pedras de granito que pela sua resistência natural suportam os nossos maus tratos e o nosso abandono; patrimônio exige que, mais que a história que todas essas pedras têm, lhe descubramos a memória imposta pelos homens e, mais que isso, que a preservemos e tornemos acessível e útil. Senão temos apenas pedras, pouco diferentes do que eram na pedreira (LIRA, 1998).

É preciso resgatar o processo de relações anterior, para gerar o compromisso. E perder a vergonha de expor os problemas. No Japão, por exemplo, existe o monumento a Hiroshima. No caso do escravo, devem-se incluir os instrumentos de tortura numa perspectiva que não seja só a culpa cristã, inscrevendo-se tal exibição na necessidade de identificação dos instrumentos de opressão, tanto no passado como no presente.

Deve-se igualmente atentar para as alterações significativas que se têm imposto ao conceito de patrimônio ao longo do tempo. Já não se trata mais de dar exclusividade a edifícios monumentais: palácios, igrejas, grandiosas obras arquitetônicas do passado. Passa-se a acolher também diversos outros produtos da construção humana, como obras do presente, ou uma simples casa de lavoura, ou um arranjo interior de uma residência urbana, ou qualquer outra forma de documentar materialmente as ordenações que os seres humanos impõem ao seu ambiente. Não se restringe mais o conceito ao sentido físico de edificado, de pedra sobre pedra, mas se expande no sentido mental de concebido, arquitetado intelectualmente, razoado teoricamente e justificado cientificamente: passa, antes de tudo, pela construção teórica que

dele faz a coletividade (LIRA, 1998). Mas o tombamento do patrimônio, quer material ou imaterial, precisa ter significado. Tomando como exemplo os repentistas nordestinos, mais importante ainda que tomba é preservar a sua capacidade de continuar existindo. No caso das escolas de samba, deve-se ter cuidado para não transformar bens patrimoniais em artefatos.

O historiador Joaquim Justino dos Santos (2002) relata uma experiência realizada com a história local do bairro de Inhaúma, o que detinha e o que foi se perdendo: encontros esvaziando-se de significação, espaços se convertendo em estacionamentos e supermercados, um desconhecimento pelas novas gerações, o cinema que virou farmácia, uma série de alterações, enfim, que suscitam uma discussão sobre *lugares de memória*. Qual o significado da memória? Sabemos que, no exemplo de Inhaúma, a memória afetiva, como aquela que recupera lugares da infância, foi prejudicada pela destruição desses. Quanto à visitação a uma fazenda de café, trata-se do testemunho da história-memória, que pode ser retomada e propiciar o entendimento de determinadas questões. É o caso também de se analisar o tema do itinerário urbano da cidade do Rio de Janeiro, que privilegia a zona sul, enquanto o suburbano, relegado a segundo plano, configura nítida postura de desvalorização.

A ordenação do espaço do Rio de Janeiro pelos valores dominantes se confirma no indivíduo que reproduz esses valores. Aceitar a identidade é o primeiro passo para romper essa hierarquia. Uma experiência constatada na Estácio de São João de Meriti serve de exemplo: naquele campus, quase todos os alunos fizeram curso de História da Baixada no Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB) e descobriram-se com uma identidade há muito tempo camuflada pelo conceito de cidade-dormitório.

A interpretação de gravuras do Brasil colonial e monárquico também suscita questionamentos e surpresas. São cenas de rua: chafarizes e lavadeiras em frente à Igreja do Carmo e do Convento de Santo Antônio, circulação desenvolta de escravos e escravas em contraste com a vida mais restrita à casa das mulheres e famílias da sociedade livre, proximidade física do escravo em todos os setores da vida urbana.

Essas considerações remetem às grandes questões norteadoras da oficina: o que é ser carioca? O que é o Rio de Janeiro? Não se pode esquecer que, geralmente, a visão adotada é a do verbete, do cartão-postal: Corcovado, Pão de Açúcar, Copacabana, Barra da Tijuca. Merece reflexão o problema do estereótipo - praia, samba, sol - que oculta grande parte da cidade e de seus arredores. Pelos valores dominantes, a referência é a distância da praia. É preciso se perguntar se a identidade de cada um é essa mesma. E se ela esgota toda a questão. Um traço carioca, abordado recentemente em um artigo de jornal, seria a relação com o sair: o programa informal, ao ar livre, de esquina. Também a música popular brasileira, composta a partir dos anos 60 e tendo por temas o Rio de Janeiro e o carioca, revela novos ângulos: de Tom Jobim a Chico Buarque, entre outros, compõe-se um painel do Rio de Janeiro com visões bastante diferenciadas.

Na base dessas discussões encontram-se importantes questões teóricas que envolvem as relações entre história e memória, história local e patrimônio, e nas quais vale a pena mergulhar.

A lembrança submersa

Bergson e Halbwachs trabalham com a categoria *memória* de formas diversas, mas se complementam. Bergson fala de uma lembrança, pautada no resultado de uma memória perceptiva individual. Segundo ele, não há percepção que não esteja im-

pregnada de lembrança (BOSI, 1994). A palavra *souvenir*, lembrança, significaria vir de baixo, trazer à tona o que estava submerso. Esse afloramento do passado se associa com o processo corporal e presente da percepção. E acrescenta: aos dados imediatos e presentes dos sentidos misturam-se milhares de pormenores da experiência passada. A memória, portanto, relacionaria passado e presente, interferindo no processo atual de representação. E esta memória descrita por Bergson como a parte subterrânea da vida de cada um, que aflora em lembranças, faz parte de um inconsciente que não pode ser negado. Senão se estaria negando a existência de pessoas e objetos fora do campo visual, do campo físico do indivíduo. Seria dizer: o que não se vê atualmente não existe.

Maurice Halbwachs (BOSI, 1994) relativiza o que Bergson denomina memória pura, presente nos sonhos e devaneios, por meio da teoria psicossocial, para estudar as relações entre memória e história pública. Como tributário admirável de Émile Durkheim, leva à pesquisa de campo as hipóteses de Auguste Comte sobre a precedência do “fato social” e do “sistema social” sobre as questões de ordem psicológica e individual.

Durkheim aborda as questões individuais sob a ótica das representações e idéias que os homens fazem no interior do seu grupo e da sociedade em geral. Desloca o predomínio do individual para o social, onde trabalha com a consciência, a percepção e a memória. Esta passa a ter o caráter de *memória como fenômeno social*. Halbwachs vai estudar a memória dentro dos quadros sociais da memória. O que passa a ter importância são as relações interpessoais entre o homem e a sociedade. O passado, para Halbwachs, é perpassado pelo social e sua representação. Se alguém lembra, é porque os outros, o presente, o fazem lembrar. Muitas lembranças são acionadas pelo convívio com os outros. Para ele, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Por mais nítidas que pareçam as lembranças, elas não são as mesmas imagens experimentadas no passado, pois as pessoas não são as mesmas de então e sua percepção se alterou no tempo. Portanto, as lembranças se refazem no coletivo.

A interpretação social, para Halbwachs, não se refere a uma mera justaposição dos quadros sociais às evocações imagéticas. Para ele, no interior da lembrança, no interior da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem. É este caráter objetivo que permite a resistência das imagens e sua transformação em lembranças.

Articulação entre história e memória.

Recentemente, com Pierre Nora, foi possível pensar um novo significado para a articulação entre história e memória. Em seu trabalho (1993), os *lugares de memória* pertencem a dois domínios que se oferecem à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaem da mais abstrata elaboração. E são simultaneamente *lugares* nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional. Dar-lhes sentido implica torná-los inteligíveis. É entre o jogo da memória e da história que se busca o lugar do passado, freqüentemente ameaçado por um chamado *presente eterno*. Capturar os vestígios do passado parece ser a forma de dificultar o efeito desintegrador da chamada aceleração da história.

Ainda que se possa discriminar memória e história, pois a história começa onde a memória social acaba, esta é história viva e vivida, que permanece no tempo, renovando-se (D’ALESSIO, 1993). É a memória que permite a recolocação das situações escondidas, que residem na sociedade profunda e na sensibilidade (HALBWACHS, 1990). Situações vividas só se

transformam em memória se houver sentimento afetivo de pertencimento. O afetivo indica o pertencimento. E este pertencimento demanda duração. Ligações efêmeras esfacelam o passado conjunto e não constroem memória. A memória sobrevive no tempo da continuidade. Ela preserva a relação presente-passado porque retém, do passado, aquilo que está vivo na consciência. Nesta medida, a memória é celeiro, fonte de lembranças, e as representações-vivências do passado são tantas quantos grupos existam, renovando-se no espaço das vidas. Não há lembrança fixa; a multiplicidade está ligada ao rearranjo constante das emoções grupais, retirando ao passado aquilo que ele tem na história: seu status ontológico (HALBWACHS, 1990; D’ALESSIO, 1993).

Mas, como a história não é memória, porque se constrói na descontinuidade entre quem a lê e os grupos sobre quem se escreve, ela fragmenta o tempo: o tempo curto. Entretanto, o lugar da construção da lembrança é o tempo múltiplo. São os *rastrões* que sobrevivem ao tempo, os que têm significado na dinâmica da permanência. Portanto, trabalhar no limiar destas duas vivências, os chamados *lugares de memória*, implica explorar esta noção que tangencia a ameaça do esquecimento. Nora adverte sobre a distinção entre história vivida e operação intelectual, que a torna inteligível.

A memória coletiva é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, e passível de *manipulação*, cujos mecanismos se revelam nos esquecimentos e nos silêncios da história. Apropriar-se tanto da memória quanto do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (GOFF, 1984).

Mas a história instaura o distanciamento, a problematização crítica, a reflexão. A história, portanto, dessacraliza a memória, mas não prescinde dela. A memória é poderosa, absoluta, mas atemporal. A história reconhece o passado e quer conhecê-lo e é, portanto, uma “representação do passado” (Nora, 1984) e não, a sua vivência. A concepção de *aceleração da história* refere-se à mundialização. A forma histórica que apreende esta dinâmica, mas que recoloca a questão do passado, está na noção sustentada pelo autor: os chamados *lugares de memória*. Então, pode-se resguardar a vivência de um momento histórico, na fronteira do que se era, em um quadro rural-local, e o que se é, em um quadro metropolitano-universal.

Pertencimento versus desenraizamento

Essa antítese trata da preservação da memória e da afirmação da identidade ameaçada de perda, a perda da existência coletiva de pertencimento. Os *lugares de memória* podem ser pensados como a necessidade nostálgica de retorno aos ritos que definem um grupo, possibilitando seu auto-reconhecimento e, portanto, sua discriminação de outros grupos. Trata-se da luta entre o pertencimento e o desenraizamento. A contribuição de Nora é instigante, pois aponta para uma outra questão, a histórica: o momento no qual os homens vivem o conflito entre a intimidade da tradição vivida e a pulverização provocada pelos grupos desfeitos, dos quais a história se coloca como guardiã. Os *lugares de memória* cumprem esta função.

A aceleração da história instaura os *lugares de memória* porque o vivido, dessacralizado pela história, é hoje o próprio conhecimento histórico. E aí aparece a história desconfiando da história: a passagem de uma história totêmica para uma história crítica. Esta discussão parece pertinente, porque, ora assentada no perigo deste inédito da dispersão, da pulverização do passado, adverte, no entanto, sobre ele. Daí a importância de se desenvolver uma construção de história local.

Reavivar a memória coletiva, reacender o sentido de pertencimento grupal, perpassando-o pela crítica histórica encravada no distanciamento do conhecimento histórico, parece um caminho para a construção de uma história local impregnada dos *lugares de memória*. Este limiar possível que se visualiza, misto de retenção e de um movimento que instaura, ele próprio, o esquecimento, o descompromisso, tanto com o passado físico (patrimônio histórico), quanto afetivo (memória de um trabalho coletivo acumulado), tem sido o caminho percorrido pela experiência desenvolvida em vários municípios deste Estado.

Referências

- BIAR, M.; VINHAES, E. *Oficina: construindo uma história local*. 2006. Disponível em: <<http://www.estacio.br/campus/jacarepagua/oficina.asp>>. Acesso em: 21 set. 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 43-53; 53-68.
- CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979, p. 72-80.
- D'ALÉSSIO, Márcia M. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, vol. 13, n. 25/26, pp. 97-103, set. 1992/ago. 1993.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 89-99.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar - Garamond, 1999, p. 13-30.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- GOFF, Jacques le. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. 1. Memória-história. Edição portuguesa. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.157-182
- LIRA, Sérgio. *Pedras com História e Pedras com Memória: visitar o patrimônio construído*. In: CONGRESSO MAIA, História Regional e Local: 3ª seção- Lugares da Memória, 1998, Águas Santas, Portugal. Disponível em: <<http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/congressomaiadez98.htm>> Acesso em: 11 maio 2007.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da pedra e cal: por uma concepção mais ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, UNI-RIO, 2000, p. 56-76
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. PUC S.P. Projeto História nº 10. Dez/1993. p. 7-28.
- REZNIK, Luís. *Qual o lugar da história local?* In: V TALLER DE HISTORIA REGIONAL Y LOCAL, 2002, Havana, Cuba. Disponível em: <http://historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf>. Acesso em: 11 maio 2007.
- RIBEIRO, Adamastor Câmara. *O problema da história local (e a noção de patrimônio cultural)*. Exposição. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL FLUMINENSE, promovido pelo ISCB, na Biblioteca Celso Kelly, 11-5-83.
- RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. S. Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 289-302.
- SANTOS, J. J. M. dos. *História do lugar: um método de ensino e pesquisa para as escolas de nível médio e fundamental*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9 (1):105-24, jan.-abr. 2002.

Artigo enviado em 16/06/2006, aceito em 13/10/2006